

A POSIÇÃO BRASILEIRA FRENTE AO CONFLITO NA SÍRIA (2011-2013)

The Brazilian Position in Syria's Conflict

Bruna Figueiredo Riediger¹

Introdução

Em janeiro de 2011, enquanto o Mundo Árabe dava seus primeiros passos em direção a uma onda de revoltas que logo englobaria vários países da região, no Brasil, a presidente Dilma Rousseff tomava posse sob o signo da continuidade. Seu antecessor, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, fora responsável, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores do seu governo, Celso Amorim, por uma política externa ativa e demandante frente aos países centrais. Entre as grandes diretrizes de sua atuação externa estava a diversificação de parceiros e, nesse ínterim, o Mundo Árabe recebeu nova atenção na agenda diplomática brasileira. O grande marco da aproximação com a região foi a instituição das cúpulas América do Sul-Países Árabes pelo Brasil, que, até o momento, tiveram três encontros².

Assim, quando Dilma Rousseff assumiu o poder, o Brasil encontrava-se em um novo patamar no cenário internacional, devido ao reconhecimento dos demais países da elevação do perfil do Brasil. No entanto, o contexto internacional também não era mais o mesmo. Enquanto o presidente Lula ocupou o cargo em um período predominantemente favorável em termos econômicos, a presidente Dilma assumiu em um momento de grave crise econômica internacional.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na UFRGS. Graduada em Relações Internacionais pela mesma universidade. E-mail: brunariediger@gmail.com

² Cúpulas de 2005, em Brasília; 2009, em Doha e 2012, em Lima.

Dessa feita - e também devido à própria formação da presidente, que é graduada em economia - sua política externa foi grandemente influenciada por questões econômicas, com grande foco na reforma das instituições financeiras internacionais e na busca de oportunidades para o Brasil. A instituição do programa *Ciências sem Fronteiras* ainda em 2011, que prevê a concessão de até 101 mil bolsas de intercâmbio em quatro anos para que estudantes brasileiros possam ter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, foi um dos grandes pontos da atuação externa do Brasil no governo de Dilma.

O Mundo Árabe, por sua vez, encontrava-se em um turbilhão. O início dos protestos, que posteriormente convencionou-se chamar de Primavera Árabe, teve início ainda em dezembro de 2010, na Tunísia, com a autoimolação de um vendedor do interior do país. Em pouco tempo, a revolta - que tem em sua raiz, de acordo com Anderson (2011), enormes pressões sociais, como desigualdade social, aumento do custo dos alimentos, falta de moradia e ausência de emprego para a juventude - espalhou-se para outros países da região. Em janeiro de 2011, o chefe de governo tunisiano, Zine elAbidine Ben Ali já havia sido deposto, e Egito, Iêmen, Líbia, Argélia, Bahrein enfrentavam grandes protestos. Em 11 de fevereiro, Hosni Mubarak, no poder no Egito há 30 anos, renunciou. Em 17 de março, uma resolução do Conselho de Segurança abriu espaço para a intervenção militar da OTAN na Líbia, sob o princípio da responsabilidade de proteger, visto que a violência contra os civis atingira um nível crítico. Em agosto, caía o general MuamarKadaffi, no poder na Líbia desde 1969.

Na Síria, no entanto, os protestos estouraram somente em março de 2011, e seu desenlace não foi similar ao egípcio, onde os protestos populares conseguiram derrubar Mubarak; nem ao líbio, onde uma intervenção militar estrangeira ajudou os rebeldes que depuseram e mataram Kadaffi. Na Síria, os protestos evoluíram para uma guerra civil, levando à morte de milhares e deslocando milhões³. O presidente Bashar Al Assad recusa-se a sair do poder e nunca negociou com os rebeldes; o Conselho de Segurança

³ De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) são mais de **100 mil mortos desde março de 2011, com estimativas de 4,25 milhões de deslocados internos e 2 milhões de refugiados sírios nos países vizinhos e no norte da África.** (ONU BRASIL, sem data)

das Nações Unidas, por sua vez, não conseguiu aprovar uma intervenção militar, como fez no caso líbio, devido aos vetos russo e chinês.

Esse trabalho tem, então, por intento, analisar qual foi e como evoluiu a posição brasileira frente à situação síria durante esses quase três anos de conflito no país. Para isso, primeiramente, tratar-se-á brevemente do conflito, de como esse evoluiu de simples demandas da população por mais liberdade e direitos políticos para uma guerra civil sectária que se desenrola há mais de dois anos. Posteriormente, apresentar-se-á, então, a posição adotada pelo Brasil em relação ao conflito.

O Desenrolar do Conflito Sírio (2011-2013)

Na onda de protestos que se desenvolveu no Mundo Árabe no início de 2011, a Síria, país governado pelos Assad desde 1970 sob estado de emergência, não ficou para trás. Em fevereiro, foi convocado, com inspiração nos protestos dos países vizinhos, o “dia de fúria”, que acabou por não atrair muitos manifestantes, diferenciando-se, dessa forma, dos demais países, onde milhares saíram às ruas. (NEW YORK TIMES, 2011)

Em março, contudo, a situação foi diferenciada, e as manifestações públicas pacíficas tiveram início simultaneamente em diversas cidades, reivindicando maiores liberdades políticas e individuais. Além disso, outra demanda dos manifestantes dizia respeito à situação dos prisioneiros políticos – alguns presos desde a década de 1970, quando do golpe de Hafez al Assad, pai de Bashar, hoje no poder. Os protestos continuaram durante todo o mês de março, e a cidade de Dera’af foi um de seus importantes focos. A prisão de um grupo de menores de 17 anos por picharem palavras contra o regime insuflou ainda mais a população. No final de março, a repressão contra os protestos se instalou e dezenas foram mortos em Dera’a quando as forças de segurança abriram fogo contra os manifestantes. (TERRA, 2013; PEÇANHA et al, 2012)

Em 24 de março, o governo anunciou alguns planos, como o aumento dos salários dos funcionários públicos e a possibilidade de suspender a lei de emergência, na tentativa de acalmar os cidadãos. Em 30 de março, o presidente Assad finalmente se dirigiu à população. Em seu discurso, reconheceu que não atendera às necessidades do

povo sírio, contudo, não ofereceu nenhuma mudança concreta. Os protestos continuaram e em 19 de abril, o presidente suspendeu a lei de emergência, vigente no país há 48 anos. (CNN, 2013, TERRA, 2013)

Desde então, o processo passou por uma escalada crescente de violência. Os protestos, inicialmente pacíficos, transformaram-se em combates e a oposição ao regime armou-se – no entanto, até hoje, ela encontra-se dividida em várias facções. Internacionalmente, os Estados Unidos impuseram diversas sanções, congelando ativos do governo sírio. A União Europeia, por sua vez, banuiu a importação do petróleo sírio, impôs sanções adicionais e embargou a venda de armas.

No mês de agosto de 2011, a Liga Árabe quebrou seu silêncio e por meio do secretário-geral, Nabil al-Arabi, pediu o fim imediato da violência na Síria. Em setembro, o premiê turco, Recep Tayyip Erdogan, anunciou o rompimento do diálogo com a Síria. Em novembro, a Síria foi suspensa da Liga Árabe, em um dos maiores movimentos de pressão da comunidade árabe internacional sobre Damasco. Ainda em novembro, a Turquia e a Liga Árabe emitiram um comunicado conjunto em que se colocaram contra qualquer intervenção militar na Síria. Em dezembro, após meses de negociação, chegou ao país o primeiro grupo de observadores árabes, com o objetivo de verificar a situação interna. Em março de 2012, Kofi Annan, enviado especial da ONU e da Liga Árabe chegou a Damasco para encontrar-se com Assad e discutir maneiras de por fim à violência. (TERRA, 2013)

No Conselho de Segurança, por sua vez, nenhuma resolução foi aprovada devido aos vetos russo e chinês. Já no Conselho de Direitos Humanos, uma resolução condenatória ao regime sírio foi aprovada em novembro de 2011 e em março de 2012, reivindicando o fim imediato das violações dos direitos humanos e dos ataques contra civis.

Atualmente, mais de dois anos e meio depois do início do conflito, as estimativas do Observatório Sírio para os Direitos Humanos são de mais de 115 mil mortos, sendo 5 mil só do mês de setembro de 2013, além disso, de acordo com a ONU, o número de pessoas que deixou a Síria aproxima-se de 2 milhões. Nesse período de conflito, foram dois os enviados especiais da ONU e da Liga Árabe para o país - Kofi

Annan, que teve seu cessar-fogo e plano de paz fracassado, e Lakhdar Brahimi, que assumiu o cargo quando Annan renunciou em agosto de 2012. (ONU BRASIL, sem data)

Com diversos picos de violência e informações de massacres de civis, pode-se afirmar que um dos momentos mais críticos do conflito ocorreu no final de agosto de 2013, quando foi denunciado um ataque químico nos arredores de Damasco, que deixou centenas de mortos. As informações em relação ao ataque são divergentes e incompletas, contudo, a possibilidade de uma intervenção estrangeira no país tornou-se muito mais provável, visto que o presidente Barack Obama havia traçado uma linha vermelha em relação ao uso de armas químicas no conflito.

O presidente Putin, no entanto, anunciou uma proposta para colocar as armas químicas sírias sob controle internacional, proposta que foi aceita tanto por Obama quanto por Assad. Assim, em 12 de setembro, a Síria se tornou um membro pleno do tratado global contra armas químicas, comprometendo-se com o plano russo inicial de entregar seu arsenal para destruição. (REUTERS, 2013) O acordo impediu uma intervenção externa na Síria, todavia, de que modo a destruição de suas armas químicas porá fim ao longo conflito sangüinário interno não está claro.

A Política Externa Brasileira Face ao Conflito na Síria

A política externa de Dilma Rousseff apesar de ser mais discreta que a de Lula da Silva, manteve diversos traços de continuidade tais como a ênfase nas relações com os países em desenvolvimento e a busca por autonomia em relação aos países centrais, assim como por maior protagonismo no sistema internacional. A mudança de estilo quanto à sua condução, no entanto, é claramente perceptível. Enquanto o presidente Lula envolvia-se na maioria dos assuntos e viagens internacionais, a presidente Dilma acaba delegando grande parte dessas tarefas, tendo um histórico de viagens internacionais bem menor que a de seu antecessor. Nesse sentido, Pecequillo destaca que, apesar da agenda internacional do País ter sido mantida de forma predominante, as diferenças são perceptíveis “no sentido tático-estratégico de realização dessa agenda,

que vem sendo perseguida com menor intensidade e com baixo perfil”. (PECEQUILO in OJEDA, 2013)

O discurso constante da necessidade de uma ordem internacional mais justa e equitativa do governo anterior continua presente com Dilma, sendo que essa adicionou uma nova ênfase na ação externa do país: “a prioridade atribuída a ciência, tecnologia e inovação, com vistas a contribuir para a ascensão do Brasil a um novo estágio de desenvolvimento, fundado em uma economia mais flexível e competitiva”. (PATRIOTA, 2012) Além disso, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança – um dos grandes objetivos do governo Lula - também é bastante destacada por Dilma Rousseff e Antônio Patriota, chanceler de seu governo entre janeiro de 2011 e agosto de 2013⁴. Este, por exemplo, destacou em entrevista ao Estado de São Paulo, em 17 de julho de 2011:

(...) o Conselho está se tornando anacrônico. Isso é preocupante porque, se o conselho se tornar anacrônico durante muito tempo mais, os países, talvez regiões inteiras, podem deixar de respeitar suas decisões. Isso tem potencial para gerar uma crise política séria no ordenamento internacional. (PATRIOTA, 2011)

Em artigo de 2013, o Ministro ressaltava:

A paralisia em questões de paz e segurança internacional pode ser considerada o mais preocupante exemplo da estagnação do sistema de governança mundial. O CSNU, congelado em configuração de poder anacrônica, é o foro que debate e pode chegar a autorizar o uso da força para a proteção de civis. Um CSNU mais legítimo e representativo disporá de melhores condições para implementar medidas preventivas e estratégias diplomáticas que evitem a radicalização e solucionem conflitos. (PATRIOTA, 2013)

A questão da reforma do Conselho foi fortemente destacada nos discursos e entrevistas, englobando a situação no Mundo Árabe, principalmente o conflito na Síria, visto que o Conselho ficou paralisado e incapaz de aprovar qualquer resolução sobre a situação que se desenrola no país há mais de dois anos. Nesse sentido, em relação às revoltas que estouraram na região ainda no primeiro mês de presidência de Dilma, o governo brasileiro destacou, desde o início, que apoiava as “aspirações à liberdade e à democracia dos povos”, ressaltando, no entanto, que “considera que intervenções

⁴ Substituído por Luiz Alberto Figueiredo.

militares e democracia são incompatíveis”. (PATRIOTA in KOURLIANDSKY, 2011) Em nota à imprensa de 04 de março de 2011, foi destacado:

O Governo e o povo brasileiros se solidarizam com as eloquentes manifestações das sociedades no mundo árabe em favor da realização de suas justas aspirações e anseios por maior participação nas decisões políticas, em ambiente democrático, com perspectivas de crescimento econômico e inclusão social, capaz de gerar oportunidades de emprego, liberdade de expressão e dignidade humana. (...) O Brasil privilegiará a diplomacia, o diálogo e a negociação no encaminhamento de situações de tensão, em que haja risco de conflagração ou quadro de violência. (...) O Brasil tem mantido consultas permanentes sobre a situação no Norte da África e no Oriente Médio com os demais membros do Conselho de Segurança da ONU e com o Secretário Geral das Nações Unidas. (MRE, 2011a)

Percebe-se aí a ressalva feita pelo Itamaraty da preeminência concedida à diplomacia e ao diálogo. De fato, ao levar-se em consideração a posição assumida pelo Brasil frente ao conflito na Síria, podemos perceber a defesa de tradicionais princípios da diplomacia brasileira: a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias, o juridicismo e o multilateralismo.

A primeira nota à imprensa do governo brasileiro sobre a situação na Síria foi de 25 de abril de 2011, período em que as discussões sobre a situação na Líbia – país onde o confronto entre as forças do governo e da oposição se radicalizara – já haviam levado à aprovação de duas resoluções no Conselho de Segurança. A última, de março - na qual o Brasil se absteve, juntamente com Alemanha, Índia, Rússia e China -, aprovou uma zona de exclusão aérea sobre o país e acabou levando à intervenção armada da OTAN.

Assim, em abril, quando os confrontos na Síria apresentaram uma escalada de violência, o governo brasileiro manifestou preocupação, reiterou seu repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressou expectativa de que a crise pudesse ser equacionada pela via do diálogo. (MRE, 2011b) Mais do que isso, ressaltou:

O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais - em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana - nos esforços de mediação diplomática. (MRE, 2011b)

Essa posição brasileira, de defesa de uma solução pacífica e por meio do diálogo, assim como a ênfase na responsabilidade *multilateral* pela paz e segurança internacionais, foi mantida durante todo o período. Assim, em agosto de 2011, na

tentativa de uma saída negociada para a crise, o Brasil, juntamente com seus parceiros do IBAS (Índia e África do Sul), enviou uma delegação à Damasco para debater propostas visando ao fim da violência e à promoção de reformas no país. (MRE, 2011c)

A delegação composta pelo Embaixador Ebrahim Ebrahim, Vice-Ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul; pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio do Brasil; e pelo Embaixador Dilip Sinha, Secretário Adjunto para Organizações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, foi recebida pelo próprio presidente Bashar Al Assad e pelo Ministro para os Negócios Estrangeiros e Expatriados da República Árabe da Síria, Walid Al-Moualem. Entre os objetivos da missão estavam reforçar a preocupação internacional com as denúncias de violência e apoiar as reformas anunciadas pelo governo sírio, além de lamentar as mortes de civis e pedir o fim imediato da violência e o respeito aos direitos humanos. (MRE, 2011c)

O grupo, que buscava impedir uma intervenção externa, assim como assumir sua responsabilidade como membros do Conselho de Segurança da ONU⁵, recebeu diversas promessas do governo sírio, como, por exemplo, a suspensão das ações militares e a implantação de reformas democráticas. (MRE, 2011c) No entanto, essas questões não foram cumpridas. Não se pode desmerecer, contudo, a tentativa de uma solução negociada por parte desses países, assim como o fato de os representantes terem sido recebidos pelo próprio Assad, o que denota reconhecimento da sua importância.

Quando da reunião anual da Assembleia Geral da ONU em setembro, a situação não havia melhorado, e a presidente foi enfática em seu discurso de abertura ao falar sobre a “Primavera Árabe”.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, *sem retirar de seus cidadãos a condução do processo*. Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, *o recurso à força deve ser sempre a última alternativa*. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas. Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento. (ROUSSEFF, 2011, grifos meus)

⁵ Em 2011, os 3 países membros do IBAS ocupavam cadeiras rotativas no CS da ONU.

Percebe-se com isso, outro ponto defendido pelo Brasil: o processo de reforma na Síria deve ser conduzido pelos seus cidadãos – e não por ingerência externa. Além disso, a tradicional posição brasileira de correlação entre a promoção do desenvolvimento e a prevenção de conflitos também foi destacada. Mais do que isso, Dilma Rousseff foi crítica em relação a ações unilaterais, sem o aval da ONU; e, sob a égide dos acontecimentos na Líbia, cuja resolução do CS havia sido aprovada com base no conceito de “responsabilidade de proteger⁶”, propôs um novo conceito que deveria nortear as ações externas:

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, *pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger*. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma. (ROUSSEFF, 2011, grifos meus)

A responsabilidade ao proteger engloba antes de tudo a ideia de “não causar danos”, devendo os resultados da intervenção gerar o mínimo de violência possível. Nas palavras do chanceler Patriota: “seria lamentável, em última análise inaceitável, se uma missão estabelecida sob mandato das Nações Unidas com o objetivo de proteger civis causasse maiores danos do que aqueles que justificaram sua própria criação”. (PATRIOTA, 2012)

Dessa feita, na visão dos formuladores brasileiros, os conceitos de “responsabilidade de proteger” e “responsabilidade ao proteger” deveriam evoluir em conjunto, com base em alguns parâmetros e princípios, como a primazia da prevenção; o rigor da comunidade internacional no uso prévio de todos os meios pacíficos disponíveis; e quando o uso da força fosse permitido, a produção do mínimo possível de violência e instabilidade, além de uma ação criteriosa, proporcional e limitada aos objetivos estabelecidos pelo Conselho de Segurança. (PATRIOTA, 2012) O Brasil

⁶ Conceito adotado no 60º aniversário da ONU e reconhecimento pelo Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. Estabelece a responsabilidade dos Estados de protegerem suas populações em casos de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, colocando sob responsabilidade internacional a ação coletiva, por intermédio da ONU, caso as autoridades nacionais deixem de proteger suas populações.

buscava, assim, ao propor esse novo conceito, diminuir os riscos causados à população civil de uma ação armada externa, reconhecendo, de maneira implícita, a necessidade dessa em alguns casos. Nas palavras de Patriota:

Reconhecemos que em alguns casos a comunidade internacional não poderá prevenir, por meios diplomáticos, conflitos armados com violações massivas de direitos humanos da população civil. Ainda assim, devem-se esgotar todos os meios pacíficos para minimizar o impacto sobre civis. (PATRIOTA, 2013).

Mesmo assim, percebe-se que o foco na prevenção e na solução pacífica não foi abandonado. No mesmo artigo em que reconhece que nem sempre os meios diplomáticos serão capazes de proporcionar uma solução para conflitos, o Ministro destaca que a melhor forma de garantir a proteção de civis é pela prevenção.

Prevenção de conflitos e resolução pacífica de disputas minimizam o sofrimento de civis. Quando a intervenção militar é autorizada e considerada potencialmente benéfica, a responsabilidade de proteger deve ser acompanhada da responsabilidade ao proteger. [Assim] Em situações excepcionais e extremas em que o uso da força venha a ser autorizado pelo Conselho de Segurança para proteger civis, é necessário garantir que a intervenção militar seja criteriosa, proporcional e estritamente limitada aos objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas. (PATRIOTA, 2013)

A posição brasileira em relação à Síria, no entanto, assume que não há uma solução militar para a crise e apoia o Plano de Seis Pontos de Annan, lançado em abril de 2012 e que nunca chegou a ser inteiramente cumprido. Os seis pontos, apresentados às autoridades sírias, compreendiam: (i) comprometer-se a trabalhar com o enviado no processo político inclusivo, conduzido pela Síria, para tratar das aspirações legítimas e preocupações do povo sírio; (ii) comprometer-se a deter os combates e alcançar urgentemente o fim da violência armada de todas as formas pelos envolvidos, a fim de proteger os civis e de estabilizar o país, tudo sob a supervisão das Nações Unidas, (iii) garantir o abastecimento oportuno de ajuda humanitária a todas as áreas afetadas pelos combates; aceitar e aplicar uma pausa humanitária diária de 2h, (iv) intensificar o ritmo e o número das libertações dos detidos arbitrariamente, (v) garantir a liberdade de movimento pelo país de jornalistas e a adoção de política não discriminatória de vistos, (vi) respeitar a liberdade de associação e o direito de manifestarem-se pacificamente. (EFE, 2012)

Somando-se aos esforços de Annan, em junho de 2012, reuniu-se pela primeira vez, o Grupo de Ação sobre a Síria, em Genebra, em busca de um consenso internacional para uma transição pacífica no país. Participaram da reunião os ministros das Relações Exteriores dos cinco membros permanentes do CS – EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França -, do Iraque, do Kuwait e do Qatar, membros da Liga Árabe e da Turquia, assim como a chefe da diplomacia europeia, Catherine Ashton, e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. (FRANCE PRESSE, 2012)

O grupo chegou a um acordo sobre os princípios e as diretrizes de uma transição na Síria, divulgado pelo mediador Kofi Annan. De acordo com o Annan, os participantes identificaram as etapas e as medidas a serem tomadas pelas partes para garantir a aplicação completa do plano de seis pontos e das resoluções 2042 e 2043⁷ do Conselho de Segurança. O documento final defendia o estabelecimento de um órgão governamental de transição, que pudesse estabelecer um entorno neutro no qual se desenvolveria a transição. Nesse governo de transição, todos os grupos e segmentos da sociedade deveriam ser permitidos, incluindo membros do regime de Assad, em um processo de diálogo nacional. O passo seguinte seria a redação da Constituição síria, que deveria ser submetida à aprovação popular. *(EFFE, FRANCE PRESSE, 2012)

A partir daí, a posição brasileira foi de apoio ao Grupo de Ação de Genebra e ao Plano de Seis Pontos de Annan. Em debate aberto do Conselho de Segurança sobre a situação no Oriente Médio, em 25 de julho de 2012, a embaixadora brasileira afirmou:

Acompanhamos com angústia e com extrema inquietação a escalada da crise na Síria. Estamos profundamente preocupados ao vermos as dificuldades que este Conselho tem encontrado para enviar uma mensagem unívoca em resposta aos últimos acontecimentos. Um cessar-fogo urgente é imperativo e isso requer um apoio resolutivo ao Enviado Especial Conjunto Kofi Annan, ao seu plano de seis pontos e ao Comunicado Final do Grupo de Ação de Genebra. (...) O Brasil apoia a abordagem usada pelo Grupo de Ação e encoraja fortemente o Conselho de Segurança a endossar o Comunicado. Os esforços do Sr. Annan rumo a uma solução negociada e a uma transição política encabeçada pelos sírios continuam a ser a melhor – para não dizer única - possibilidade de evitar o aprofundamento de ciclo de destruição que

⁷ A resolução 2042 é de abril de 2012 e reitera o apoio do CS ao Plano de Annan, assim como autoriza o envio de uma missão preparatória de observadores não militares. A resolução 2043 é de maio do mesmo ano e ressalta a importância do cumprimento do Plano de 6 pontos, nota que o cessar da violência armada foi claramente incompleto e institui, por um período inicial de 90 dias, uma Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), no comando de um chefe de Observadores Militares.

poderá apenas causar mais sofrimento à população síria, gerando fluxos crescentes de refugiados e aumentando o risco de afetar a região como um todo (...). (MRE, 2012)

A atuação brasileira em relação à crise síria também foi bastante ativa no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU. Em novembro de 2011, o Conselho aprovou sua primeira resolução de condenação à Síria. O Brasil e mais 120 países votaram a favor da resolução, elaborada pela Grã-Bretanha, França e Alemanha. O texto, que possui caráter de advertência e é um dos principais instrumentos diplomáticos de pressão, apelava ao presidente Bashar Al Assad por um cessar imediato às violações denunciadas no país e condenava veementemente “a continuação grave e sistemática das violações aos direitos humanos pelas autoridades sírias, como execuções arbitrárias, uso excessivo da força e da perseguição e morte de manifestantes e defensores dos direitos humanos.”, assim como “detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e maus tratos de detidos, incluindo crianças”. (CARTA CAPITAL, 2011)

No início de junho de 2012, em sessão especial do CDH sobre a Síria, devido à morte de dezenas e ferimento de centenas em aldeia perto de Homs, a embaixadora brasileira destacou mais uma vez, a posição do país de defesa de uma solução negociada, mas de responsabilização dos responsáveis pelos crimes.

O Brasil reafirma seu apoio ao plano de seis pontos do Enviado Especial Kofi Annan e salienta, em particular, a necessidade de um fim imediato do combate e efetiva cessação de todas as formas de violência. (...) *Não há solução militar para a atual crise na Síria, e o Governo sírio é o principal responsável por criar as condições necessárias para que o plano de seis pontos possa prosperar.* (...) Em conformidade com o nosso apoio a todas as resoluções anteriores sobre abusos de direitos humanos na Síria adotadas por este Conselho, pela Assembleia Geral da ONU e pela Unesco, o Brasil insta a Comissão de Inquérito a investigar as mortes e estabelecer responsabilidades por esses crimes. (MRE, 2012a, grifos meus)

Em sessão do CDH no final de junho, o Brasil condenou, mais uma vez, a violência, reafirmou que não há solução militar para a crise e que recai sobre o governo sírio a responsabilidade primária pela proteção dos civis e pela garantia das condições para que a violência cesse, “de modo a permitir o início de um processo político inclusivo, conduzido pelos próprios sírios, com vistas a atender, de forma democrática e efetiva, às aspirações do povo sírio”. (MRE, 2012b)

Ainda em defesa de uma solução negociada e contra a escalada militar do conflito, o Brasil votou contra resolução da Assembleia Geral da ONU em maio de 2013. Na justificativa do voto, a embaixadora brasileira reafirmou a necessidade de uma solução negociada, “em conformidade com as disposições do Comunicado de Genebra do Grupo de Ação para a Síria, que continua a ser uma base de consenso para um plano abrangente e eficaz para pôr fim ao conflito”. Também destaca os esforços que a ONU deveria empreender para colaborar na “criação de um ambiente propício ao entendimento entre todas as partes sírias”, mas não vê como a dita resolução o faria.

Infelizmente, o texto ainda está aquém do que consideramos necessário para uma mensagem da Assembleia Geral que aspire a criar impacto positivo. O fato de não se encontrar no texto uma conclamação explícita para que não haja uma escalada militar do conflito é injustificável. A Assembleia Geral não pode se esquivar de afirmar claramente que não pode haver solução militar para a crise. A ausência de uma declaração deste tipo enfraquece a confiança no empenho da comunidade internacional para pôr fim ao conflito por meios diplomáticos. A resolução poderia, igualmente, ter incluído importantes averiguações e conclusões feitas pela Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria. A Comissão tem, muitas vezes, chamado a atenção para os "efeitos deletérios do regime de sanções" contra o povo sírio. Recomendou, ademais, que a comunidade internacional contivesse a proliferação e o fornecimento de armas e identificasse suas fontes, tendo em conta as implicações regionais e a respectiva responsabilidade na vizinhança e em outras partes. (...) É hora de criar melhores condições para que as partes negociem (...). Não vemos como a resolução sirva a esse propósito. (MRE, 2013a)

Assim, o Brasil se posiciona claramente contra qualquer alternativa que pudesse levar a uma escalada do conflito. Ademais, sua posição contra as sanções – às quais nunca aderiu - também é destacada no enunciado, assim como a crítica ao fornecimento de armas. Torna-se patente que, poucas semanas após, a União Europeia suspenderia o embargo de armas à oposição ao regime de Assad.

Em relação aos últimos desdobramentos do conflito, quando do ataque de armas químicas, próximo a Damasco, em agosto de 2013, o governo brasileiro emitiu nota condenando o “ato hediondo” e destacando a necessidade de esforços concentrados da comunidade internacional para pôr fim à violência no país. Mais uma vez, alega que não há solução militar para o conflito.

O Brasil reitera sua posição de que não existe solução militar para o conflito e recorda seu apoio à convocação de conferência internacional sobre a situação síria. Somente um processo político inclusivo, liderado pelos próprios sírios, como preconizado no Comunicado do Grupo de Ação sobre a

Síria, emitido em 2012, poderá levar à paz e à efetiva proteção da população civil naquele país. Como signatário da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, o Brasil é favorável à destruição de todos os arsenais químicos ainda existentes. (MRE, 2013b)

Dessa feita, o Brasil apoiou e saudou o acordo a que chegaram Estados Unidos, Rússia e Síria sobre a destruição das armas químicas desse último, recebendo “com satisfação” a notícia da aprovação pelo Conselho de Segurança da resolução que determinou a eliminação de todas as armas químicas do território da Síria e endossou o processo de paz conduzido pelos sírios. (MRE, 2013c)

Enfim, é possível perceber que o governo brasileiro manteve uma postura constante ao longo do conflito na Síria, mantendo a defesa da necessidade de encontrar uma solução negociada para a crise. De fato, as tradicionais posições brasileiras de solução pacífica, defesa do multilateralismo e não intervenção estão presentes e são patentes na posição brasileira em relação ao conflito sírio. Contudo, desde o envio de delegação do IBAS à Damasco para conversas sobre a crise, o Brasil acabou por não envolver-se de maneira mais direta na questão, preferindo atuar e enfatizar seu ponto de vista nas reuniões da ONU.

Conclusão

Quando Dilma Rousseff assumiu a presidência da República em janeiro de 2011, o mundo encontrava-se em um dos momentos mais graves da crise financeira internacional; o Mundo Árabe, por sua vez, passava por um momento de mudanças políticas. Milhares saíram às ruas da Tunísia, Egito, Bahrein, Líbia, Síria para pedir mais liberdades civis e políticas.

Na Síria, os protestos que se iniciaram em março de 2011 evoluíram para um grave conflito interno, configurando atualmente, uma guerra civil que já deixou milhares de mortos e milhões de refugiados. A comunidade internacional, por sua vez, empreendeu alguns esforços na tentativa de buscar um consenso, que, até o momento, se revelaram infrutíferos.

Nesse ínterim, o Brasil tem sido bastante coerente e mantido a posição de defesa de uma solução negociada para o conflito, em um processo político conduzido pelos

próprios sírios. Mais do que isso, o País condenou tanto a violência que se desenrola na Síria, como a própria inabilidade do Conselho de Segurança da ONU de buscar uma saída para o conflito. Esse último ponto reflete a oposição brasileira a ações externas unilaterais – ou entre grupo de países, fora dos auspícios das Nações Unidas -, assim como permite a ênfase brasileira necessidade de reforma do órgão.

De maneira geral, pode-se afirmar que, ao longo desses quase três anos de conflito, a posição brasileira face à situação síria respeitou conceitos que regem a ação externa do País há décadas: (i) o multilateralismo – através do apoio à ação da ONU e da Liga Árabe; (ii) a solução pacífica – pela constante reiteração de que *não há uma solução militar para o conflito*, visto que essa só acarretaria uma escalada da violência; (iii) a autodeterminação dos povos e a não intervenção – o processo de transição deve ser coordenado pelos próprios sírios; e, (iv) um conceito que engloba todos os demais, o juridicismo, ou seja, o respeito às leis internacionais. Um comunicado conjunto dos países do BRICS de novembro de 2011 ilustra a posição brasileira mantida durante o período:

Os Participantes da reunião ressaltaram a legitimidade das aspirações dos povos da região por maiores direitos políticos e sociais. Concordaram que o processo de transformação da região criou a necessidade de buscar formas de responder a crises no OMNA, no marco do direito internacional e somente por meios pacíficos, sem o recurso à força, por meio do estabelecimento de um amplo diálogo nacional com o devido respeito à independência, à integridade territorial e à soberania dos países da região. Rejeitaram a violência como meio de consecução de objetivos políticos. Enfatizaram a necessidade de respeito integral aos direitos humanos por todas as partes, especialmente pelas autoridades, na proteção de civis desarmados. (MRE, 2011d)

A partir daí, pode-se afirmar que a diplomacia brasileira manteve-se coesa durante todo o período do conflito sírio até o momento na defesa de uma solução diplomática e não militar. Mais do que isso, sua posição, que se apoia em princípios historicamente defendidos pelo país, possui apoio de outros importantes atores internacionais – como os países do BRICS e IBAS. A busca pela solução da crise, no entanto, ainda não chegou ao seu fim e, nesse esforço, mais um encontro do Grupo de Ação da Síria – conhecido como Genebra II – foi marcado para novembro de 2013.

REFERÊNCIAS

ABOUZEID, Rania. Syria's Revolt: How Graffiti Stirred an Uprising. **Time world**. 22 de mar de 2011. Disponível em: <<http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2060788,00.html>>. Acesso em 07/10/13.

ANDERSON, Perry. Explosões em sequência. **Piauí**. Jun de 2011, ed. 57. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-57/tribuna-livre-da-luta-de-classes/explosoes-em-sequencia>>. Acesso em 03/13.

CARTA CAPITAL. Brasil apoia resolução da ONU contra Síria. **Carta Capital**. 23 de nov de 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/brasil-apoia-resolucao-da-onu-contrasiria>>. Acesso em 08/10/13.

CNN. Syria Civil War Facts. **CNN Lybrary**. 08 de out de 2013. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/08/27/world/meast/syria-civil-war-fast-facts/index.html>>. Acesso em 11/10/13.

EFE. **Plano de seis pontos para Síria proposto pelo enviado especial Kofi Annan**. 12 de abr de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/plano-de-seis-pontos-para-siria-proposto-pelo-enviado-especial-kofi-annan>> Acesso em 10/10/13

EFE; FRANCE PRESSE. Grupo de Ação sobre a Síria chega a acordo de transição. **Veja online**. 30 de jun de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/acordo-em-genebra-sobre-principios-da-transicao-na-siria>> Acesso em 10/11/13

FRANCE PRESSE. **Começa reunião do grupo de ação da Síria em Genebra**. 30 de jun de 2012. Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/comeca-reuniao-do-grupo-de-acao-sobre-a-siria-em-genebra-1>>. Acesso em 11/10/13

KOURLIANDSKY, Jean-Jacques. **Lições latino-americanas da crise na Líbia**. 29 de ago de 11. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/lecons-latino-americanas-de-la-crise-libyenne-iris-29-08-2011/print-nota>> Acesso em 08/10/13

MRE. **Notas à imprensa**. Vários anos. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>> Acesso em 10/2013

NEW YORK TIMES. 'Day of Rage' for Syrians Fails to Draw Protesters. **New York Times**. 04 fev de 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/02/05/world/middleeast/05syria.html?_r=0> Acesso em 07/10/13

OJEDA, Igor. Diplomacia brasileira sob Dilma e Patriota muda de estilo, mas mantém essência. **Opera Mundi**. 02 de janeiro de 2013. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/26165/diplomacia+brasileira+sob+dilma+e+patriota+muda+de+estilo+mas+mantem+essencia.shtml?utm_source=twitter+feed&utm_medium=twitter> Acesso em 05 de janeiro de 2013.

ONU BRASIL. Conflito na Síria. Entenda a Crise. Sem data. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/siria/>> Acesso em 08/10/13

PATRIOTA, Antonio. Brasil negocia ação diplomática junto à Síria. Entrevista in: **O Estado de São Paulo**. 17 de jul. de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/brasil-negocia-acao-diplomatica-junto-a-siria-entrevista-concedida-ao-jornal-o-estado-de-s.-paulo-17-de-julho-de-2011>> Acesso em 08/10/13

_____.Direitos Humanos e Ação Diplomática. **Folha de São Paulo**.01 de set de 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores>> Acesso em 08/10/13

_____. Pronunciamento do Ministro Antonio de Aguiar Patriota em debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. 21 de fev de 2012. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br> Acesso em 08/10/13

_____. Diplomacia e proteção de civis. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br> Acesso em 08/10/13

REUTERS. “**Síria Assina Convenção Contra Armas Químicas**”, diz diplomata. <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/siria-assina-convencao-contra-armas-quimicas-diz-diplomata>

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA**. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>> Acesso em 06/2013

TERRA. **Luta por liberdade revoluciona norte africano e península arábica**. Linha do tempo. 2013. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/protestos-mundo-arabe/>> Acesso em 08/10/13

Artigo recebido dia 10 de outubro de 2013. Aprovado em 20 de outubro de 2013.

RESUMO

Em janeiro de 2011, quando Dilma Rousseff tomava posse como presidente do Brasil, explodia no Mundo Árabe os protestos das populações, que viriam a ser conhecidos como “Primavera Árabe”. Na Síria, as manifestações inicialmente pacíficas evoluíram para um grave conflito interno, chamando a atenção da comunidade internacional. O Brasil, desde o início, foi a favor das aspirações dos povos árabes e em relação à Síria, forte defensor de uma busca de consenso e de uma solução negociada.

PALAVRAS-CHAVE

Síria; política externa brasileira; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

In January 2011, when Dilma Rousseff took office as Brazilian president, the Arab world saw the explosion of public protests – it was the “Arab Spring”. In Syria, the initially peaceful demonstrations evolved to a serious internal conflict, which caught the attention of the international community. Brazil, since the beginning, was a strong advocate of a consensus and a negotiated solution.

KEYWORDS

Syria; Brazilian foreign policy; Dilma Rousseff.